

# COMPLEXO JOSÉ PEDRO VARELA

## Projeto de comunidade em uma cooperativa habitacional uruguaia<sup>1</sup>

**JOSÉ PEDRO VARELA COMPLEX**  
*Community project in a Uruguayan housing cooperative*

**Carolina Ritter<sup>2</sup> e Célia Castro Gonsales<sup>3</sup>**

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o projeto e observar a vida em comunidade nos espaços da Zona 1 do Complexo Habitacional José Pedro Varela (Montevideu/Uruguai). A abordagem metodológica deste estudo possui dois enfoques: a análise do projeto e a observação da realidade, aproximando esses resultados com a crítica arquitetônica e urbanística em relação aos preceitos mais universalistas e ideológicos do Movimento Moderno, crítica protagonizada por um grupo chamado Team 10. Observou-se que, além do sistema cooperativo possibilitar uma primeira aproximação a esse contexto teórico, também a arquitetura e o urbanismo do conjunto possuem uma intenção de gerar uma qualidade de vida melhor aos seus moradores e uma vida urbana e coletiva mais efetiva. Um conjunto habitacional, embora inserido no contexto e na interface de uma grande cidade, configura de certa maneira uma vida baseada em relações quase tradicionais, mais próprias de povoados ou urbanizações menores – comunidades.

Palavras-chave: projeto e comunidade, processos projetuais, habitação de interesse social, Complexo Habitacional José Pedro Varela, cooperativas habitacionais uruguaias.

### Abstract

*The purpose of this article is to analyze the project and to observe community life in the spaces in the Zone 1 of the José Pedro Varela Housing Complex (Montevideo/Uruguay). The methodological approach has two focuses: the project analysis and the observation of reality, bringing these results together with the architectural and urbanistic criticism in relation to the most universalist and ideological precepts of the Modern Movement, criticism marked by a group called Team 10. In addition of the cooperative system enabling a first approach to this theoretical context, the architecture and urbanism of the complex also have the intention of generating a better quality of life for residents and a more effective urban and collective life. A housing complex, although inserted in the context and interface of a large city, somewhat configures a life based on more traditional relationships, typically of smaller towns or urbanizations – communities.*

*Keywords: project and community, design processes, social housing, José Pedro Varela Housing Complex, Uruguayan housing cooperatives.*

<sup>1</sup> O conteúdo deste artigo provém da dissertação de mestrado Ritter (2019).

<sup>2</sup> Professora Substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *campus* Rio Grande. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Arquiteta e urbanista também pela UFPel.

<sup>3</sup> Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb-UFPel). Doutora pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidad Politécnica de Cataluña (ETSAB-UPC). Arquiteta e Urbanista pela UFPel.

### Introdução

O projeto moderno de cidade era dirigido à construção das grandes metrópoles. A Cidade de Três Milhões de Habitantes e a Cidade Radiante de Le Corbusier, a Cidade Vertical de Ludwig Hilberseimer, etc. são apenas uma amostra da previsão de um futuro necessariamente urbano para a sociedade dos novos tempos. Delgado (1999) deixa claro que esse mundo essencialmente urbano previsto e projetado pela modernidade contrasta, ou melhor, se superpõe a um mundo pré-moderno, tradicional – mas não necessariamente rural. A urbanidade é um fenômeno que surge com a modernidade, diz ele,

é um estilo de vida marcado pela proliferação de teias relacionais [...] nos espaços urbanizados, os vínculos são preferencialmente frouxos e não forçados, os intercâmbios aparecem em grande parte não programados, os encontros mais estratégicos podem ser fortuitos<sup>4</sup> (DELGADO, 1999, p. 23, tradução nossa).

No entanto, ainda completa:

O oposto à urbanidade não é a ruralidade – como poderia parecer –, mas sim uma forma de vida na qual se registra uma estrita conjunção entre a morfologia espacial e a estruturação das funções sociais e que se pode associar, por sua vez, ao conjunto de fórmulas de vida social baseadas em obrigações rotineiras, uma distribuição clara de papéis e acontecimentos previsíveis, fórmulas que se costuma agrupar sob a epígrafe de tradicionais ou pré-modernas<sup>5</sup> (DELGADO, 1999, p. 24, tradução nossa).

Mas, se o projeto ideológico da modernidade – ou dos arquitetos modernos – era o da grande urbe, as estratégias reais de construção da cidade para o novo trabalhador urbano eram baseadas em grande parte na construção de núcleos ou Unidades de Vizinhança periféricas. Muitas vezes esses núcleos se conformaram, senão como pequenas cidades, como uma espécie de comunidade mais tradicional – ver, por exemplo, algumas *Siedlungs*, na Alemanha e em outros países do Norte da Europa e os *Poblados Dirigidos*, de Madri. Mesmo que esses núcleos ao longo dos anos tenham sido absorvidos pela cidade-mãe, alguns deles se mantiveram com características muito particulares: o habitante vai trabalhar na grande metrópole, mas volta para seu bairro, onde uma vida mais gregária é possível.

Esse é um fato que se dá de maneira bem evidente em muitas das urbanizações produzidas pelas cooperativas uruguaias. O próprio processo cooperativo é um grande potencializador dessa realidade: as pessoas participam de todas as etapas do projeto e gestão, muitas vezes constroem juntas suas casas, formando já desde o começo uma comunidade bastante sólida.

<sup>4</sup> [...] es un estilo de vida marcado por la proliferación de urdimbres relacionales [...] en los espacios urbanizados los vínculos son preferentemente laxos y no forzados, los intercambios aparecen en gran medida no programados, los encuentros más estratégicos pueden ser fortuitos.

<sup>5</sup> Lo opuesto a lo urbano no es lo rural – como podría parecer –, sino una forma de vida en la que se registra una estricta conjunción entre la morfología espacial y la estructuración de las funciones sociales, y que puede asociarse a su vez al conjunto de fórmulas de vida social basadas en obligaciones rutinarias, una distribución clara de roles y acontecimientos previsibles, fórmulas que suelen agruparse bajo el epígrafe de tradicionales o premodernas.

Ao mesmo tempo, os conceitos que definem as estratégias do projeto arquitetônico e urbanístico desses conjuntos habitacionais, e que são uma proposta de alternativa à cidade funcional que dominou boa parte do século XX, potencializam e estimulam uma vida mais comunitária. Esses conceitos são interpretações críticas das contestações que surgiram, no campo da arquitetura, mas também da sociologia, antropologia, geografia, etc. a partir dos anos 50 do século passado.

Posteriormente ao término da Segunda Guerra, com a liderança de arquitetos como Aldo van Eyck, Alison e Peter Smithson, entre outros – grupo mais adiante intitulado Team 10 –, começou uma crítica contundente à cidade funcionalista, rejeitando seu espaço universal e ilimitado e sua organização a partir das quatro funções da Carta de Atenas. Segundo esse grupo, novos conceitos, como o sentido de pertencimento e as questões relativas à identidade deveriam ser incorporados ao planejamento das cidades, porque seriam necessidades básicas do homem (FRAMPTON, 1997).

No marco dessa mudança de paradigmas surge um novo panorama, com referência principalmente no humanismo, influenciado também pela filosofia do existencialismo e pela nova relevância dada a disciplinas como antropologia, sociologia e psicologia. As culturas locais e a arquitetura vernácula são revalorizadas. Surge também,

uma defesa do *homem comum*, concreto, autêntico, real e individual frente ao homem universal e abstrato, sem atributos, sem necessidades psicológicas, que a sociedade produtiva de Frederick W. Taylor e Henry Ford tentou gerar, e para qual a arquitetura do Movimento Moderno tinha pensado os seus projetos. O homem agora é concreto e imperfeito, é homem comum, o homem da rua (MONTANER, 2011, p. 18, grifo do autor).

Desse modo, as propostas de grupos como o Team 10 – mas também dos situacionistas, de Janes Jacobs, e tantos outros – baseiam-se em grande parte em um novo olhar aos centros das cidades antigas, às pequenas cidades e comunidades rurais, buscando resgatar uma qualidade espacial que o Movimento Moderno tinha deixado para trás. Nesse sentido, por exemplo, Aldo van Eyck, estudou as sociedades primitivas; Georges Candilis e Shadrach se interessou pelas referências tomadas das urbanizações informais no norte da África; Christopher Alexander lançou seu olhar para as comunidades tradicionais e suas múltiplas conexões; Fumihiko Maki criou a ideia de *forma de grupo*, a partir da observação das *villages* ou aldeias japonesas.

Todos esses arquitetos também entendiam que os fatores intrínsecos ao ato projetual deveriam ser alimentados pelos fatores extrínsecos, como o lugar, a cultura dos moradores e as características da região. Ou seja, se os primeiros arquitetos modernos tratavam a sociedade de maneira mais abstrata e idealizada, e a vida de maneira mais simplificada, essa nova geração queria prever as *necessidades reais* da sociedade. Procuraram “expor a complexidade da vida urbana” e “encontrar uma relação precisa entre a forma física e a necessidade social e psicológica das pessoas” (MONTANER, 2011, p. 30). Esse autor ainda resume o laço em comum que unia o grupo, expressado

em sua visão da cidade – tentando recuperar a vida urbana –, da tradição – contemplando-a com respeito, mas com distância, sem nunca fazer citações literais mas sim através da interpretação –, da arquitetura – sobre a que se propõe essencialmente uma revisão formal – e do papel social do arquiteto (MONTANER, 2011, p. 34).

Defendiam também que o urbanismo deveria possuir uma organização clara, no sentido de criar uma *comunidade compreensível* no todo e nas partes, e que as subdivisões dessa comunidade possuíssem suas particularidades (SMITHSON, 1966). Nesse contexto, um dos temas que os Smithson muito se dedicaram foi o que chamaram de *escalas de associação* ou *hierarquia das associações humanas*, a casa, a rua, o bairro e a cidade, onde cada escala possuía um papel: “a rua implica um contato físico comunitário, o distrito/bairro é um conhecimento comunitário e a cidade um contato intelectual comunitário<sup>6</sup>” (SMITHSON, 1966, p. 19, tradução nossa).

Outra palavra-chave desse contexto teórico é o conceito de *identidade*: “o homem se organiza em comunidades, o qual desenvolve a necessidade de se diferenciar, se identificar com o local onde habita, criar vínculos sociais e apreender o espaço a partir de seus próprios valores culturais” (BARONE, 2002, p. 61).

A grelha *Urban Reidentification* (Reidentificação Urbana), apresentada no 9º Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) pelos Smithson, sintetiza bem essas ideias. Nela aparecem fotos de Nigel Henderson mostrando a apropriação da rua por parte das crianças em um bairro de Londres e eram colocadas ao lado das categorias sintéticas casa, rua, bairro e cidade – aquela *hierarquia de associações humanas* – como base da exposição de uma proposta de cidade: um dos projetos do casal, o Golden Lane.

Os Smithson refletiam sobre essa relação entre casa e rua, defendendo a volta da *ideia de rua*, que criava o que chamaram de *grupos-espacos*, locais com capacidade de satisfazer as necessidades humanas de identificação e pertencimento (SMITHSON; SMITHSON, 1953). Dentro de uma ideia geral de mobilidade, como potencializadora da coesão entre todas as escalas de associação, reforçaram a proposta das *streets-in-the-air* (ruas-no-ar) – chamadas doravante neste texto de *ruas elevadas* – como uma das alternativas para as grandes cidades: formas de circulação em prédios de grande altura, relacionando os habitantes com os espaços coletivos de convivência social (MUMFORD, 2002). A ideia era restituir nesses espaços coletivos da comunidade, parte da relação entre casa e rua que ocorria na cidade tradicional, onde a ideia era também a promoção de seus chamados *clusters*, espaços reconhecíveis, *territórios de identidade* (BARONE, 2002).

Por outro lado, a ideia de *lugar* é central no pensamento de Aldo van Eyck, entendido sempre em oposição ao espaço moderno infinito, indiferenciado e abstrato. Para Van Eyck (1960), o habitante do lugar substitui o usuário do espaço. O lugar, como destaca também Solà-Morales (1995a, 1995b), é algo reconhecível e delimitado – onde se enxerga bordas, níveis e configurações.

Na América Latina, os arquitetos uruguaios nos anos de 1960 e 1970 tiveram um contato estreito com essas ideias, aplicando-as largamente nos projetos dos conjuntos habitacionais das cooperativas no país (Almeida e Pintos, 2015; Blechman e Casaravilla, 2012; Riso e Boronat, 1992; Vallés, 2015). Vallés (2015) indica que nessa época em que os primeiros conjuntos do sistema cooperativo estavam sendo projetados, estavam presentes arquitetos que possuíam uma sensibilidade perceptível, compromettimentos sociais e com grandes conhecimentos; alguns desses arquitetos também eram docentes, na época, na chamada Facultad de Arquitectura de Montevideo. Vallés

6 [...] la calle implica un contacto físico comunitario, el distrito un conocimiento comunitario, y la ciudad un contacto intelectual comunitario.

(2015) também cita diretamente o Team 10 como sendo uma influência no país.

Risso e Boronat (1992) destacam a variedade e a importância dos conjuntos habitacionais executados através do sistema cooperativo uruguaio, porque eles propuseram “novos espaços urbanos, tomando como base teórica, as reformulações feitas pelo TEAM X, buscando revalorizar a rua e os espaços de relação comum, tanto abertos quanto fechados” (p. 202, tradução nossa). Para Almeida e Pintos (2015, p. 47, tradução nossa) observa-se na arquitetura e urbanismo desses conjuntos

uma maior atenção no tratamento dos espaços externos, como ruas para pedestres e jardins, bem como um melhor estudo da gradação do espaço público para o privado. A arquitetura desses anos é carregada com a bagagem ideológica do Team X, mas isso é tomado de forma crítica. Buscava-se relacionar os conjuntos com a cidade existente<sup>8</sup>.

Diante do panorama exposto, este artigo tem o objetivo de analisar o projeto e a vida em comunidade nos espaços de um conjunto habitacional cooperativo – o Complexo Habitacional José Pedro Varela (JPV)/Zona 1 –, situado em Montevideu/Uruguai, projetado e construído nos anos 1970. Esse conjunto, embora esteja inserido no contexto urbano de uma grande cidade, ele configura, dentro do marco de seus limites, uma vida muito particular, baseada em relações muito estreitas, quase tradicionais, mais próprias de povoados ou urbanizações muito pequenas – comunidades.

O trabalho tem como hipótese que, embora se tenha consciência da importância fundamental do sistema cooperativo para o desenvolvimento de uma vida comunitária muito estreita, esse fato se deve em grande parte também aos conceitos projetuais – baseados no pensamento crítico indicado acima –, os quais proporcionam essa possibilidade de relações complexas e mais completas, que parece enriquecer o dia a dia do habitante. A investigação explora, enfim, as possibilidades de viver uma vida *pré-urbana – pré-moderna*, na definição de Delgado (1999) – em um meio urbano, moderno. Um paradoxo próprio da cidade contemporânea.

A abordagem metodológica deste estudo possui dois enfoques: a análise do projeto e a observação da realidade. Para identificar e corroborar a influência do cenário internacional estudado nas estratégias projetuais da Zona 1 do JPV, foram realizadas análises arquitetônicas e urbanísticas, comparando os preceitos teóricos aqui apresentados, com as estratégias do projeto, e também, considerando os relatos dos próprios arquitetos do conjunto. Ao mesmo tempo, a realidade da cooperativa é discutida através de informações cedidas por alguns moradores do conjunto e através de observações de seu cotidiano, durante as visitas realizadas ao local em 2018 e 2019.

7 [...] nuevos espacios urbanos, tomando como base teórica, las reformulaciones hechas por el TEAM X, buscando revalorizar la calle y los espacios de relación comunal, tanto abiertos como cerrados. Obs.: a grafia do nome do grupo varia de acordo com a bibliografia, às vezes, o grupo é chamado de Team X, Team 10 ou até Team Tem.

8 [...] se observa un mayor cuidado en el tratamiento de los espacios exteriores, como calles peatonales y jardines, además de un mejor estudio de la graduación desde el espacio público al privado. La arquitectura de dichos años viene cargada del bagaje ideológico del Team X, pero éste se toma de forma crítica. Se busca relacionar a los conjuntos con la ciudad existente.

## O sistema cooperativo habitacional uruguaio

O sistema cooperativo habitacional surgiu no final dos anos 1960, em um contexto de crise nas esferas social, política e econômica no Uruguai, tratando-se do que Vallés (2015, p. 16) chamou de “um autêntico sistema de produção e gestão social do habitat”. É uma organização coletiva que possibilita a conformação de cooperativas de crédito e de ajuda entre as partes envolvidas, onde a associação dos futuros moradores os torna agentes promotores do seu projeto (PORTILLO, 2010). Nesse sentido, o sistema viabiliza a construção de habitações para populações que não possuiriam condições de fazê-lo individualmente.

Sancionada em 1968, a Lei nº 13.728, conhecida como *Ley Nacional de Vivienda* ou *Ley General de Vivienda*, regulou as diretrizes do sistema. A lei criou a figura da cooperativa habitacional e os Institutos de Assistência Técnica. Esses institutos se constituem em equipes interdisciplinares, sem fins lucrativos,

responsáveis por brindar às Cooperativas toda a assistência técnica necessária para o sucesso de seus objetivos, promovendo o desenvolvimento da autogestão social e econômica, e a participação dos sócios na abordagem dos aspectos urbanos e arquitetônicos dos projetos (CECILIO, 2015, p. 32).

Almeida e Pintos (2015) salientam que a lei também possuía o intuito de

estabelecer uma política planejada de habitação, integrada aos planos de desenvolvimento econômico e social, sendo dirigida especificamente à população de recursos escassos. Se busca também, a integração social dos conjuntos, dotando-os de espaços públicos, serviços sociais, culturais e recreativos, além de unidades comerciais ou de produção agrária quando pertinente<sup>9</sup> (p. 46, tradução nossa).

Importante diferenciar dois tipos de cooperativas habitacionais estabelecidos: as cooperativas de Ajuda Mútua e as de Poupança e Empréstimo. No primeiro tipo – atingindo camadas populacionais de mais baixa renda –, a mão de obra de seus sócios é utilizada na construção das habitações através do desenvolvimento de um trabalho comunitário entre os sócios, sob a direção da cooperativa (RISSO; BORONAT, 1992). Esse aporte dos sócios não se limita ao canteiro de obras, mas também pode ocorrer nas tarefas administrativas e de gestão (DEL CASTILLO, 2015). Nesse sistema, o trabalho dos cooperados precisa absorver um custo de 15% da obra; os sócios trabalham em conjunto com os operários, geralmente em fins de semana ou horários fora do expediente normal.

Segundo Vallés (2015), é imprescindível para o sucesso das cooperativas habitacionais toda a participação coletiva. Portillo (2010) destaca o que implica essa participação dentro da estrutura, mais especificamente, na modalidade de Ajuda Mútua:

9 [...] establecer una política planificada de vivienda, integrada a los planes de desarrollo económico y social, siendo dirigida especialmente a la población de escasos recursos. Se busca también, la integración social de los conjuntos habitacionales, dotándolos de espacios públicos, servicios sociales, culturales y recreativos, además de unidades comerciales o de producción agraria cuando corresponda.

a participação dos usuários na definição da solução a se colocar em prática é uma necessidade de eficácia e é um objetivo político em si mesmo, já que é uma forma de contribuir para a inclusão social de grupos que são muitas vezes totalmente marginalizados<sup>10</sup> (p. 91, tradução nossa).

Dentro do sistema existem também duas modalidades de propriedade: as cooperativas de usuários – onde a propriedade é coletiva – e as cooperativas de proprietários – onde a propriedade é individual. Segundo Nahoum (2013), na cooperativa de usuários, os direitos individuais de cada cooperativado, perante a residência em que possui direito de uso, são praticamente os mesmos quando de uma propriedade privada. Pode-se, inclusive, ter o direito de uso ser transmitido através de herança ou para terceiros (VALLÉS, 2015).

O que é fundamental, nesse sistema, é que não existe espaço para especulação imobiliária. O sócio não pode alugar sua residência, pois é ele e sua família que devem nela habitar. A residência passa a ser considerada mais como um bem social e menos como uma mercadoria (NASCIMENTO, 2011). A propriedade coletiva se torna também um “um elemento de união entre os cooperativistas, o que ajuda a valorizar outras coisas que também pertencem a todos, como os espaços comuns, esses grandes esquecidos dos complexos habitacionais<sup>11</sup>” (NAHOUM, 2013, p. 24, tradução nossa). Consequentemente, há uma potencial melhoria na qualidade dos projetos de conjuntos provenientes desse sistema, já que estes são pensados como propostas de um bem de uso e não de capital.

Para Otero (2015), três fatores teriam contribuído para que os conjuntos habitacionais do sistema cooperativo tenham se tornado referência quando o assunto é a habitação social: a) gestão coletiva do solo, que acaba por ser uma vantagem para o acesso à moradia da população com renda mais baixa, e também a participação social exigida; b) o desenvolvimento de alternativas em relação à construção tradicional, objetivando diminuir custos e tempo de construção; c) qualidades arquitetônicas de implantação e a presença de equipamentos comunitários, que acabam por qualificar a área circundante desses conjuntos. Nesse contexto, fica claro o papel do projeto – arquitetônico e urbanístico – para a consolidação de toda a experiência que envolveu o cooperativismo habitacional uruguaio. Pois

se foi potente o imaginário em termos de gestão e produção, muito mais impactante resulta sua tradução em uma arquitetura de enorme criatividade, de um gestual forte e claro, e cuja contundência e coerência, tanto no quesito morfológico quanto no tecnológico, consolidou rapidamente códigos que, até hoje, são sinais inconfundíveis de identidade nacional, na produção habitacional (VALLÉS, 2015, p. 16-17).

10 La participación de los usuarios en la definición de la solución a poner en práctica es una necesidad de eficacia y es un objetivo político en sí mismo, dado que es una forma de contribuir a la inclusión social de grupos muchas veces totalmente marginados.

11 [...] es un elemento de unión entre los cooperativistas, que ayuda a poner en valor otras cosas que también son de todos, como los espacios comunes, esos grandes olvidados de los conjuntos habitacionales.

Enfim, para Risso e Boronat (1992, p. 28, tradução nossa), “o sistema cooperativo foi o que deu maior impulso à construção de habitações de interesse social, em quantidade e qualidade<sup>12</sup>”. Para Vallés (2015, p. 20), que participa ativamente da experiência há muitos anos, ela significou “uma rica e gratificante tarefa profissional, carregada de sentido social e humanista e tão desafiadora como motivadora”. Esse autor ainda indica que, quando de seu relato, o sistema ainda possuía vitalidade e vigência no país.

O que é importante ressaltar é que, se por um lado, o sistema cooperativo proporciona uma vida comunitária mais efetiva, própria de uma sociedade tradicional e pré-moderna, por outro, a comunidade está inserida em um território pleno de urbanidade. Esse último território consiste em uma “reunião de estranhos, unidos pela evitação, pelo anonimato e por outras camadas protetoras, expostos à intempérie e ao mesmo tempo, cobertos, camuflados, mimetizados, invisíveis<sup>13</sup>” (DELGADO, 1999, p. 33-34, tradução nossa), um espaço social regido pela distância, próprio da cidade contemporânea.

Desse modo, pode-se encarar os conjuntos habitacionais fruto das cooperativas uruguaianas como essas entidades que se localizam no espaço entre a urbanidade e a pré urbanidade, mostrando que, no limite, na dobra entre decomposição e fluidez – próprios da cultura metropolitana –, e a sociedade fechada e rural, é possível construir uma realidade múltipla que se alimenta dos dois territórios.

#### **A Cooperativa Habitacional José Pedro Varela – projeto e vida comunitária**

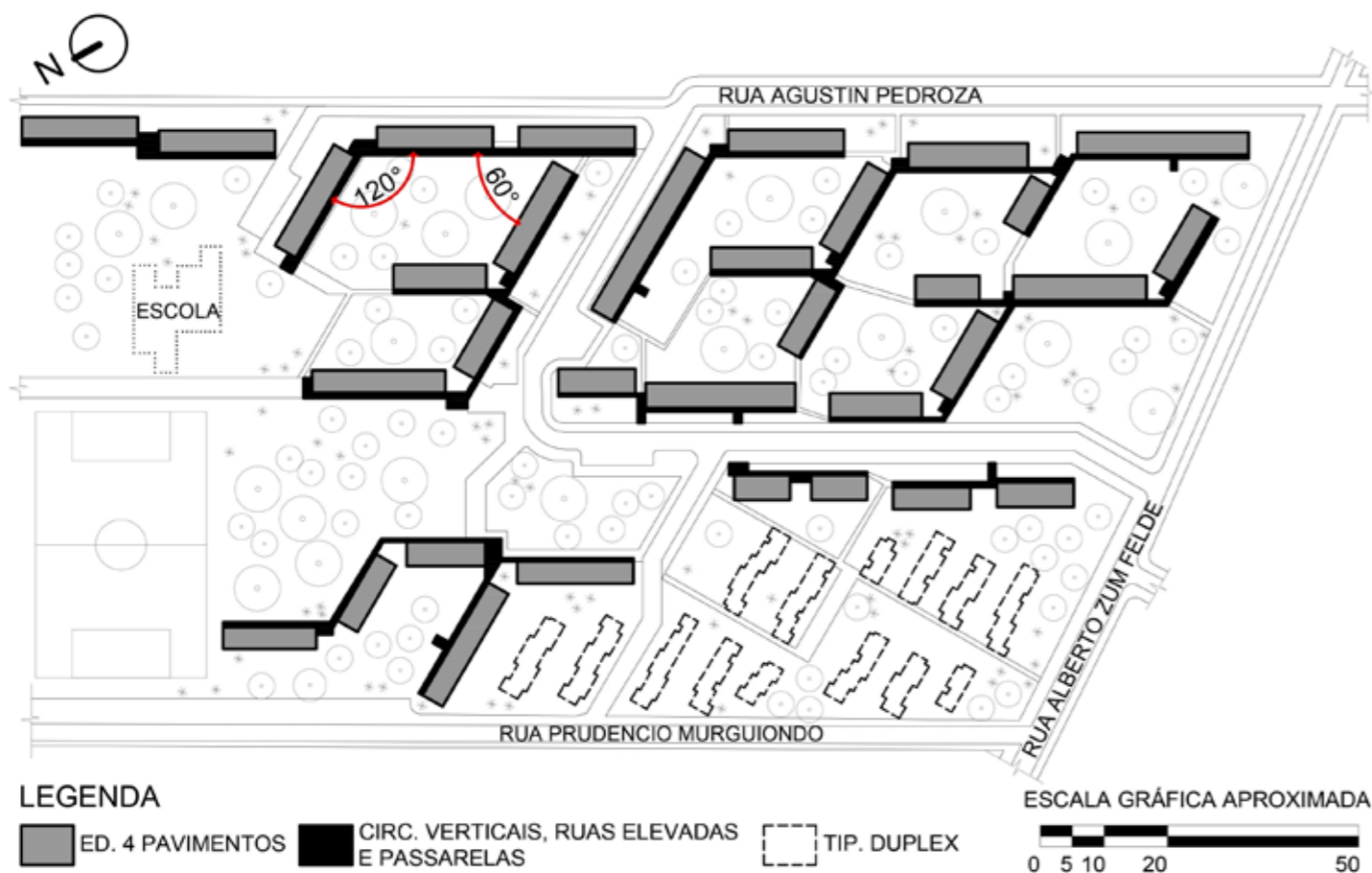
O Complexo Habitacional José Pedro Varela (doravante chamado de JPV) é uma cooperativa do tipo Ajuda Mútua e se localiza em Montevidéu, Uruguai. A urbanização, projetada pelos arquitetos Jorge di Paula, Norberto Cubría e Walter Kruk e colaboradores, é formada pelas Zonas 1, 3 e 6, sendo a primeira composta por uma área com edifícios de quatro pavimentos e outra com edifícios de dois andares com apartamentos duplex. O setor da Zona 1, onde se localizam os edifícios de quatro pavimentos, constitui-se como objeto de estudo desta investigação.

A Zona 1 foi concretizada entre os anos 1971 e 1975 e o setor estudado possui 86.056 m<sup>2</sup> (DEL CASTILLO; VALLÉS, 2015), 633 unidades habitacionais de um a cinco dormitórios, alcançando uma densidade 350 habitantes por hectare (CUBRÍA; DI PAULA, 1973). Foram previstos no projeto, além de unidades habitacionais, serviços comunitários para o uso diário de seus moradores, atendendo mais especificamente à escala da zona; e uma escola e uma creche para atender toda a urbanização JPV. Está localizada em uma área periférica da cidade, a aproximadamente 9,7 Km em linha reta da Praça Independência – ponto central da cidade de Montevidéu.

A implantação do conjunto (Figura 1) se dá através da disposição de edifícios lineares de quatro pavimentos, que conformam uma malha com eixos em duas direções principais, formando, além de paralelismos entre alguns edifícios, ângulos de 60° e 120°, acompanhando as direções das ruas que limitam o terreno. Essa malha gera uma série de espaços coletivos descobertos, com interconexões variadas entre eles. Algumas vias foram previstas para permitir o acesso de veículos internamente; uma

12 [...] el sistema cooperativo fue el que dio mayor impulso a la construcción de viviendas de interés social, en cantidad e cualidad [...].

13 [...] reunión de extraños, unidos por la evitación, el anonimato y otras películas protectoras, expuestos, a la intemperie, y al mismo tiempo, a cubierto, camuflados, mimetizados, invisibles.



delas possui comércios e serviços no térreo dos edifícios. No extremo nordeste do terreno estavam previstas, desde o projeto inicial, a localização dos edifícios da escola e da creche.

Os edifícios apresentam uma rede de circulações horizontais em todos os pavimentos: as ruas elevadas, acopladas a uma das fachadas e sustentadas por uma expressiva grelha estrutural de pilares e guarda corpos. Uma série de circulações verticais, comportando-se como rótulas, unem dois ou três edifícios entre si e eles com o solo (Figura 2).

Através de visitas realizadas a esse conjunto, conseguiu-se apreender um pouco da vida em comunidade que lá acontece. Como já comentado, no sistema de Ajuda Mútua, os futuros moradores participam ativamente de várias etapas do processo de construção do conjunto habitacional e nas atividades de gestão da cooperativa. Uma moradora da Zona 1 comentou que seu pai – morador original – dormia apenas umas quatro horas por noite na época da construção do conjunto. Sabe-se a participação ativa na construção – em um sistema de mutirão como é chamado no Brasil – é um processo que demanda muita dedicação e sacrifício de seus cooperativados, mas ao mesmo tempo, cria vínculos e um inegável sentido de comunidade que é fundamental para o futuro da vida em comum do grupo social.

Por outro lado, a participação dos moradores na gestão dos assuntos da cooperativa não termina com o fim da obra do conjunto e com a ocupação da moradia, pois a legislação do sistema cooperativo exige uma participação ativa e continuada. No



Figura 2 - Circulações horizontais (ruas elevadas) e verticais (rótulas de conexão). Fonte: Fotografias das autoras, 2018/19.

JPV, uma série comissões<sup>14</sup> – por exemplo, a Comissão de Fomento, uma comissão destacada na conversa com os moradores na cooperativa –, mantém a cooperativa em atividade, sendo exigida a presença de todos os cooperados nas assembleias e a participação nas eleições das diretorias<sup>15</sup>. Nesse sentido, apesar das obrigações inerentes ao sistema, os depoimentos de moradores atestam a presença de uma gestão democrática implantada, a partir de uma cultura do diálogo, e uma organização de cunho social na organização geral de todo o sistema. A postura geral é de defender os direitos e avançar.

A organização coletiva desse conjunto também pode se dar através de grupos menores. Durante um dos passeios pela urbanização, chamou nossa atenção cartazes anexados junto ao corpo circulações verticais, tratando-se de convites para uma reunião entre moradores de um grupo de blocos, para discutirem assuntos em comum. Outro exemplo de organização entre vizinhos de moradias próximas é a construção de *parrilleros* para uso coletivo de um grupo de moradores.

É importante destacar que o vínculo entre os moradores – ou futuros moradores – foi posto à prova mesmo antes do final das obras. Em 1975 se instala um regime militar no Uruguai e a pressão em desmembrar uma comunidade ativa e pensante foi muito forte. Relatos dos moradores nos indicaram que as assembleias de sorteio das habitações

<sup>14</sup> Essa comissão trata da programação de atividades artísticas e culturais. Podem haver outras comissões dentro das cooperativas, como exemplos, a Comissão de Administração, a de Manutenção e Jardinagem, a de Vigilância, a de Fiscalização.

<sup>15</sup> Consta, no Decreto no 633/69, de 17 de dezembro de 1969, Normas de Organização e Funcionamento, Art. 17, as obrigações dos associados das cooperativas. Algumas dessas obrigações são participar de todas as assembleias e reuniões, assim como votar em todas as eleições de representação. Cada cooperativa habitacional também tem seu regulamento próprio, embasado nas legislações gerais.

Figura 3 - Em cima, esquema de implantação com possíveis crescimentos. Fonte: adaptação das autoras, 2019. Abaixo, o conjunto na cidade. Fonte: GOOGLE EARTH, 2015.



– realizadas de modo clandestino – ocorriam à medida em que a construção de cada bloco ia sendo concluída, ou seja, rapidamente eles precisavam ocupar as unidades para que não fossem ocupadas pelos militares. A intenção do regime era colocar os moradores em áreas espalhadas pela cidade e ir instalando ali forças militares para enfraquecer movimentos e organizações sociais.

Grande parte da história do sistema cooperativo foi muito sufocada pelo regime militar, nesse contexto, terem conseguido sobreviver a esse período tão crítico e obscuro da história recente uruguaia se constituiu como um grande mérito do movimento cooperativo desse país. Reforçando os fatos apresentados, Portillo (2010, p. 67, tradução nossa) comenta sobre a pressão exercida no golpe de estado sobre o andamento das cooperativas e seus consequentes reflexos:

depois do golpe de estado de 1975, o cooperativismo habitacional e em particular por ajuda mútua, foi banido, deixando-se simplesmente finalizar aqueles projetos que já haviam sido aprovados e estavam em curso. Além das suspeitas políticas que o cooperativismo gerava, uma das coisas que despertava maior animosidade por parte das autoridades era a propriedade coletiva<sup>16</sup>.

16 [...] a partir do golpe de estado de 1975, el cooperativismo de vivienda y en particular por ayuda mutua,



Figura 4 - Exemplo de um dos espaços coletivos descobertos. Fonte: Fotografia das autoras, 2018.

Os moradores também relataram que, mais ou menos até 1997, improvisaram um local no térreo de um dos edifícios habitacionais para ser a escola do conjunto. Isso porque na época em que a escola prevista em projeto deveria ser construída, os militares não permitiram, e segundo esses moradores, a justificativa dos militares era “para não se ter uma escola em uma cooperativa e então formarem comunistas”.

#### Os lugares da vida comunitária

##### a) As praças

O que é um lugar? Tem nome? É algo fixo? O que quer dizer habitar? Habitar, ordenar, construir é uma cadeia contínua? Existem lugares que falam, outros que atuam como signos, lugares que são como bocas que é preciso alimentar, como ventres que é preciso saciar. Existem lugares livres, vagos, disponíveis [...] primeiros gestos, passos iniciais: começar, inaugurar, estabelecer [...]<sup>17</sup> (SOLÀ-MORALES, 1995b, p. 121).

Formalmente, apesar da malha formada pela implantação do JPV gerar um esquema com potencial capacidade de penetração no tecido urbano circundante e crescimentos em evolução, e assim de teórica conexão com o entorno, é possível observar que a urbanização conforma um espaço muito particular nessa zona da cidade, através de seu traçado único e mais introvertido (Figura 3).

Segundo os autores do projeto arquitetônico e urbanístico, nos estudos das possibilidades de conformação dos agrupamentos no conjunto se levou em conta

fue proscripto dejando simplemente finalizar aquellos proyectos que ya habían sido aprobados y estaban en curso. Además de las sospechas políticas que generaba el cooperativismo, una de las cosas que despertaba mayor animadversión por parte de las autoridades era la propiedad colectiva.

17 ¿Qué es un lugar? ¿Tiene nombre? ¿Es algo fijo? ¿Que quiere decir habitar? ¿Habitar, ordenar, construir es una cadena continua? Hay lugares que hablan, otros que actúan como signos, lugares que son como bocas que hay que alimentar, como vientres que hay que saciar. Hay lugares libres, vacantes, disponibles [...] Primeros gestos, pasos iniciales: empezar, inaugurar, establecer [...].

Figura 5 - Cenas dos espaços coletivos. Fonte: Fotografias das autoras, 2018/19.



– além das premissas econômicas (possibilidade de construir em altura sem o uso de elevador) e tecnológicas –, essencialmente, premissas sociais com o fim de “proporcionar o relacionamento social não compulsivo, por meio de um alto grau de possibilidades de contato<sup>18</sup>” (CUBRÍA; DI PAULA, 1999, p. 170, tradução nossa).

Por outro lado, embora os elementos que compõem a implantação possuam uma geometria simples, constituindo-se de protótipos bastante parecidos com os consolidados nos primeiros CIAMs, eles refletem uma visão mais orgânica – e menos geométrica – do espaço urbano, a fim de se criar inter-relações entre o espaço e as pessoas.

A organização da implantação cria áreas de convívio coletivo *fechadas* pelos edifícios de seu entorno, áreas que se transformam em *lugares*, em oposição ao espaço abstrato moderno. Os lugares do JPV são também delimitados, reconhecíveis, possuem bordas

18 [...] potenciar el relacionamiento social no compulsivo por medio de un alto grado de posibilidades de contactos.



Figura 6 - Via principal e serviços no térreo dos edifícios. Fonte: Fotografia das autoras, 2018.

(SOLÀ-MORALES, 1995a, 1995b), são abraçados pelos edifícios (Figura 4).

A visita ao local revelou a diversidade de usos que foi dado a esses espaços coletivos – o homem contribuindo na transformação do *espaço* em *lugar*, pois, para Van Eyck (1960, p. 108, tradução nossa), “o espaço é uma abstração. Quando o homem é incluído no conceito de espaço, o espaço se torna um lugar<sup>19</sup>” –, em que todos os edifícios acabam tendo contato, ao menos uma de suas faces. Cada um desses lugares possui tratamentos e apropriações diferenciadas com equipamentos para crianças, áreas de convívio com mesas, locais cobertos com *parrillas*, jardins gramados e estacionamentos (Figura 5).

Cada espaço coletivo é então um diferente lugar no conjunto. A criação de praças menores pela zona propiciou uma aproximação – geográfica e emocional – maior com os espaços coletivos descobertos do conjunto. Nesse sentido, parece haver um cuidado

19 [...] El espacio es una abstracción. Cuando se há incluído al hombre em el concepto de espacio, se convierte em lugar.



mais atento, por parte dos moradores, em relação a essas áreas, muito possivelmente por estarem próximas às habitações. Um lugar com o qual os moradores se identificam, um lugar apropriado, principalmente no sentido de estar bem cuidado. Lugares que, além de praças, são como jardins, aproximando a habitação coletiva e seus espaços coletivos, como a casa e o jardim da cidade tradicional.

#### b) A rua

Mas o acontecimento é também um ponto de encontro, uma junção na qual linhas de recorrido ilimitado se entrecruzam



com outras criando pontos nodais de uma intensidade emergente<sup>20</sup> (SOLÀ-MORALES, 1995b, p. 122, tradução nossa).

A localização de edifícios de até quatro andares, com comércio no térreo, implantados paralelamente entre si e voltados para uma das vias principais, conforma um elemento de circulação que resgata, além do caráter polifuncional, parte da espacialidade da rua corredor da cidade tradicional, em oposição às largas avenidas e extensos edifícios da grande cidade modernista (Figura 6).

Na estratégia de valorização dos espaços coletivos e de transição, as circulações horizontais externas, entendidas aqui como *ruas elevadas*, são um tema muito especial presente na cooperativa uruguaia. A rua elevada é reflexo muito direto do pensamento dos anos 1950 que procura, mesmo em edifícios em altura, aproximar o morador ao espaço público e coletivo por excelência que é a rua – ver por exemplo Mumford (2002), Smithson (1966), Smithson e Smithson (1953). Na Zona 1 do JPV, quem acessa as unidades habitacionais, comércios, etc., passa por esse caminho/lugar que conecta o privado com os espaços coletivos descobertos, por meio dessa passagem menos brusca, a rua elevada (Figura 7).

A rua/galeria cria um sistema circulatório fluído e dinâmico, associando usos e atividades entre si, estabelecendo estreitas relações entre as unidades habitacionais, entre os edifícios e entre os edifícios e os espaços coletivos abertos e fechados. A mobilidade da Zona 1 do JPV, bastante potencializada pela presença dessas ruas, garante que existam relações/coesões entre as escalas de associação da cidade – casa, rua, bairro e cidade – e o êxito desse elemento faz com que ele esteja presente em cooperativas habitacionais uruguaias mais recentes, por exemplo, a COVICIVI 1, projeto dos anos 1990 e a COVICORDÓN, dos anos 2000 (Figura 8).

Em uma das visitas ao conjunto, fomos convidadas por uma das moradoras para conhecer seu apartamento. Na caminhada até sua casa, ela nos relatou sobre os trajetos que fazia pelo conjunto: quando chovia, aproveitava ao máximo até onde podia ir pelas ruas elevadas, para não se molhar. Por outro lado, por haver várias possibilidades de trajetos até seu apartamento, às vezes, escolhia o caminho a tomar de acordo com o contato que desejava estabelecer com determinados vizinhos, indicando as potencialidades desse lugar: conexão e encontro e, essencialmente, possibilidade de escolhas.

<sup>20</sup> Pero el acontecimiento es también un punto de encuentro, una conjunción em la que líneas de recorrido ilimitado se entrecruzam com outras creando puntos nodales de una intensidade emergente.



Essas diversas possibilidades de caminhos, para se chegar a um mesmo lugar, só são possíveis em função da implantação do conjunto em uma *semitrama*, que segundo definiu Alexander (1968), consiste no estabelecimento de um sistema que permite conexões diversas entre os elementos, em contraponto com uma *estrutura em árvore*, que limita as ligações entre as partes, criando conexões mais indiretas do que diretas.

Desse modo, a insistência dos idealizadores do projeto em buscar estratégias espaciais que incrementassem um estreito contato entre vizinhos se concretiza nesses autênticos corredores-ruas: onde “há de se saber conviver”, declara uma moradora ao se referir à extrema proximidade que se tem com a vida e com a casa dos vizinhos.

Foi perguntado a outra moradora sobre o inconveniente da contínua passagem pela rua elevada de pessoas junto aos apartamentos, e ela disse que não a incomodava, pois fazia parte do morar junto. Salientou que, para morar na cooperativa, é preciso gostar de compartilhar, pois o contato entre as famílias e entre os moradores é extremamente estreito. Do contrário, viver ali poderia se tornar uma tortura. Ainda em relação ao uso da rua elevada, falou que inclusive se reunia com sua família para ali sentar e tomar mate, aproveitando a sombra das árvores – mesmo em um segundo pavimento! – e que, na verdade, chegavam até a atrapalhar o passo das pessoas, mostrando a possibilidade de uma convivência informal entre os vizinhos.

Nesse sentido, observa-se como essas passagens-lugares cumprem o seu papel de locais de encontro. De alguma maneira, as relações que ocorriam nas ruas públicas da cidade tradicional, agora podem ocorrer nos espaços coletivos dos edifícios do JPV – em contato direto com as casas dos moradores. Uma rua viva e com potencialidades sociais, em oposição à rua da cidade modernista, afastada das construções, e conseqüentemente, das pessoas. É uma grande varanda compartilhada, um local para a expressão de um espírito de vizinhança, de comunidade; e além do mais, um dos melhores lugares do conjunto para contemplação e contato com o exterior.

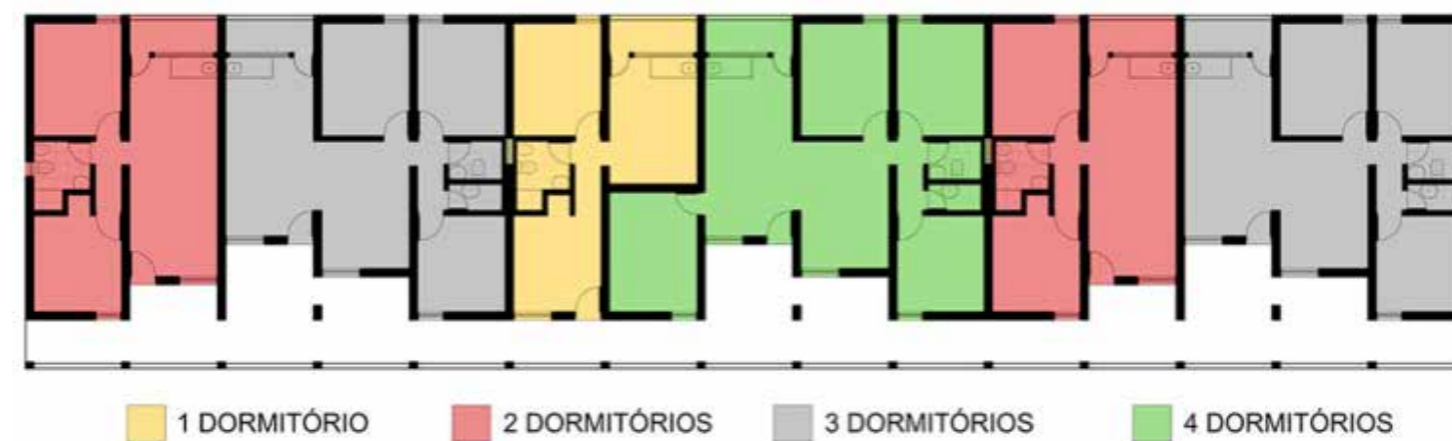
Por fim, a rua elevada se caracteriza, então, como circulação – permitindo conexões variadas –, mas também como um *lugar*, como um local de encontro e de apropriação. A expressividade plástica de que são dotadas confirmam o protagonismo desses elementos na concepção do projeto.

### c) A casa

Mesmo que o acontecimento seja sempre algo que suceda na desordem global carente de sentido, este momento feliz, às vezes casual, às vezes resultado de uma inteligente vontade, constitui um instante emergente em um fluir constante, um acorde harmônico, polifônico em uma situação de permanente transição<sup>21</sup> (SOLÀ-MORALES, 1995b, p. 122-123, tradução nossa).

O processo participativo no José Pedro Varela garantiu, conforme a demanda específica da Zona 1, flexibilidade no número de dormitórios (de um a cinco) de suas unidades habitacionais. As plantas baixas (Figura 9) indicam uma modulação transversal (de 2,80 m) que dita a largura dos principais compartimentos – sala de estar, cozinha e

21 [...] aunque el acontecimiento es siempre algo que sucede en el desorden global carente de sentido, este momento feliz, a veces casual a veces resultado de una inteligente voluntad, constituye un instante emergente em un fluir constante, un acorde armónico, polifónico em una situación de permanente transición.



dormitórios – em todos os edifícios, porém, o arranjo, através de uma combinação com módulos ou meio módulos, garante que as unidades difiram no número de dormitórios. No térreo dos edifícios se encontram usos comerciais, de serviço, usos administrativos, além de unidades habitacionais.

A relação entre a unidade habitacional e a rua elevada também é intermediada pela presença de reentrâncias no limite interno dessas ruas – onde se situam a maioria dos acessos às unidades. Mesmo sendo parte da área da unidade habitacional – são locais de domínio privado das habitações contíguas a essas reentrâncias –, foi projetada para ser um local aberto para o uso comum. Nesse sentido, esses espaços conectam unidade habitacional e rua elevada – privado e coletivo –, sendo um local com um caráter mais privativo, mesmo que aberto ao coletivo, em comparação com a parte do trajeto mais uniforme da circulação. Tem-se então dois níveis de gradação nesse lugar intermediário, a rua elevada: o recorrido da rua elevada – com maior contato com o coletivo – e a reentrância – mais reservada, constituindo-se como um outro *lugar*.

A apropriação dessas reentrâncias pelos moradores do conjunto se deu de maneira muito variada (Figura 10), sendo que alguns moradores realmente a tomaram como extensões de suas habitações. Alguns transformaram esses locais em varandas particulares: colocaram bancos, plantas, etc.; alguns gradearam ou fecharam esse espaço. É bastante interessante observar essa variedade de maneiras com que os moradores tratam, ornamentam, utilizam esse local no entorno da entrada, da porta, de sua habitação.

A porta de entrada de uma casa é um local bastante especial, como destacou Van Eyck: “uma porta é um lugar para uma ocasião. Uma porta é um lugar para um ato que é repetido milhões de vezes ao longo da vida entre a primeira entrada e a última saída. Creio que é simbólico<sup>22</sup>” (SMITHSON, 1966, p. 43, tradução nossa). Nesse *lugar*, a casa e a rua acabam sendo *estritamente mescladas e expressam suas reciprocidades* (VAN EYCK, 1962).

22 Una puerta es un lugar para una ocasión. Una puerta es un lugar para un acto que se repite millones de veces a lo largo de una vida entre la primera entrada y la última salida. Creio que es simbólico.



### Considerações finais

As cooperativas habitacionais uruguaias são consideradas exemplos bem-sucedidos no campo da habitação social, pelo fato de seus moradores possuírem um forte sentimento de pertencimento ao seu lugar e uma apropriação intensa e constante dos espaços coletivos. Sabe-se que o sistema cooperativo habitacional uruguio tem sido fundamental nesse sentido. Ao mesmo tempo, e isto foi foco de estudo deste trabalho, a potencialidade e a qualidade dos projetos dessas cooperativas – projetos que possuem uma intenção de gerar uma qualidade de vida melhor aos seus moradores e uma vida urbana e coletiva mais efetiva – também colaboraram efetivamente no processo de apropriação dos moradores de seu habitat, em um processo que aqui entendemos como formação de uma vida em comunidade, como em uma pequena cidade.

Esses projetos que são, em parte, reinterpretação de propostas – do hemisfério norte e sul – que reconhecem como indica Solà-Morales (1995b, p. 121, tradução nossa) “a existência e a necessidade de pontos fixos capazes de organizar o espaço

e a memória<sup>23</sup>”, mesmo em situações em que a urbanidade própria da modernidade e da contemporaneidade provoca desenraizamento. São projetos e um sistema – o cooperativo – que conseguem construir um lugar que se propõe como domesticação do espaço inopinado, imprevisto, inseguro ou do não-lugar urbano emergido desde os confins da modernidade.

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### Referências

ALEXANDER, Christopher. La ciudad no es un árbol. *Summa-Nueva Visión – Christopher Alexander: Nuevas ideas sobre diseño urbano*, Buenos Aires, ano 1, n. 9, set. 1968. Disponível em: <https://sistemasdeproyecto.files.wordpress.com/2012/10/alexander-c-una-ciudad-no-es-un-c3a1rbol.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

ALMEIDA, Cecilia; PINTOS, Agustín. *Corredor: transición entre lo público y lo privado, en la vivienda*. Tesina (Curso Producción de Vivienda con asesoramiento del Centro Cooperativista Uruguayo) – Facultad de Arquitectura, Universidad de la Republica, Montevideo, 2015. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/tesinas/files/2015/08/Tesina-Corredor.-Almeida-Pintos-2015-baja.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume, 2002.

BLECHMAN, Mario; CASARAVILLA, Jorge. *Habitando [lo] Colectivo*. Espacios de mediación en el habitar colectivo. Tesis (Especialización en Investigación Proyectual) – Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo, Universidad de la Republica, Montevideo, 2012. Disponível em: <http://www.fadu.edu.uy/sepep/nota/aprobado-6/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

CECILIO, Miguel. Las cooperativas de habitación, procedimiento de gestión. In: DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 3, p. 23-36.

CUBRÍA, Norberto; DI PAULA, Jorge. El desafío de la escala: conjunto “José Pedro Varela”. In: NAHOUM, Benjamin (Comp.). *Una historia con quince mil protagonistas: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes; Montevideo: Intendencia Municipal, 1999. Disponível em: [https://ws147.juntadeandalucia.es/obraspublicasyvivienda/publicaciones/04%20COOPERACION%20INTERNACIONAL/las\\_cooperativas\\_vivienda\\_ayuda\\_mutua\\_uruguayas/cooperativas\\_vivienda\\_uruguayas.pdf](https://ws147.juntadeandalucia.es/obraspublicasyvivienda/publicaciones/04%20COOPERACION%20INTERNACIONAL/las_cooperativas_vivienda_ayuda_mutua_uruguayas/cooperativas_vivienda_uruguayas.pdf). Acesso em: 4 jan. 2019.

CUBRÍA, Norberto; DI PAULA, Jorge. Metodología aplicada en el conjunto Jose Pedro Varela. *CEDA publicación del centro estudiantes de arquitectura*, [Montevideu], n. 34,

23 [...] la existencia y la necesidad de puntos fijos capaces de organizar el espacio y la memoria.

p. 83-91, feb. 1973.

DEL CASTILLO, Alina. Una exposición sobre las cooperativas de vivienda uruguayas. In: DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 6, p. 57-84.

DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015.

DELGADO, Manuel. *El animal público*. Hacia una antropología de los espacios urbanos. Barcelona: Anagrama, 1999.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MONTANER, Josep Maria. *Depois do movimento moderno*. Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

MUMFORD, Eric Paul. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*. Cambridge: The MIT Press, 2002.

NAHOUM, Benjamin. *Algunas claves*. Reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua. Montevideo: Ediciones Trilce, 2013. Disponível em: [http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ART-28\\_-ALGUMAS-CLAVES-REFLEXIONES-SOBRE-ASPECTOS-ESSENCIALES-DE-LA-VIVIENDA-COOPERATIVA-POR-AYUDA-MUTUA.pdf](http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ART-28_-ALGUMAS-CLAVES-REFLEXIONES-SOBRE-ASPECTOS-ESSENCIALES-DE-LA-VIVIENDA-COOPERATIVA-POR-AYUDA-MUTUA.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

NASCIMENTO, Eduardo do. *Cooperativas de habitação por ajuda mútua no Uruguai: um estudo de caso sobre a FUCVAM*. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121081>. Acesso em: 10 jan. 2019.

OTERO, Ruben. Conjuntos y unidades: Una historia de continuidad. In: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 5, p. 49-56.

PORTILLO, Álvaro J. *Vivienda y sociedad*. La situación actual de la vivienda en Uruguay. Montevideo, 2010. Disponível em: <http://www.farq.edu.uy/sociologia/files/2012/02/Vivienda-y-Sociedad.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RISSO, Marta; BORONAT, Yolanda. *La vivienda de interés social en el Uruguay: 1970-1983*. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1992.

RITTER, Carolina. *Espaço arquitetônico e urbanístico em conjuntos habitacionais de interesse social em cooperativas: Bulevar Artigas e José Pedro Varela (Zona 1) – Uruguai*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5488>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SMITHSON, Alison (ed.). *Manual del Team 10*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1966.

SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter. An urban Project. *Architect's Yearbook*, v. 5, 1953.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Arquitectura y existencialismo. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995a. p. 43-61.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Lugar: permanencia o producción. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias*. Topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995b. p. 109-125.

VALLÉS, Raúl. Una mirada al sistema cooperativo de viviendas en Uruguay. In: DEL CASTILLO, Alina; VALLÉS, Raúl (resp.). *Cooperativas de vivienda en Uruguay*. Medio siglo de experiencias. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015. cap. 2, p. 15-22.

VAN EYCK, Aldo. Door and Window. *Forum*, n. 3, 1960.

VAN EYCK, Aldo. Steps toward a configurative discipline. *Forum*, n. 3, ago. 1962. [http://www.arch.ttu.edu/courses/2008/summer/mexicostudio/Handouts%20Vernooy/Theory/Theory\\_van\\_Eyck.pdf](http://www.arch.ttu.edu/courses/2008/summer/mexicostudio/Handouts%20Vernooy/Theory/Theory_van_Eyck.pdf). Acesso em: 11 jan. 2019.